

Extracção de Recursos Minerais

A história de um povo que colo

- mineradora só voltará a operar mediante satisfação das exigências populares

Por Armando Nhamumbo

E até aqui o mais paradigmático exemplo, no país, de como a frustração popular pode deitar a baixo investimentos mineiros se eles não beneficiarem as comunidades locais. No distrito de Gilé, a norte da província da Zambézia, há uma história de uma população enfurecida que decidiu dar um “basta” ao saque de recursos minerais. Munida de picaretas, catanas entre outros instrumentos contundentes, a comunidade da localidade de Muiane, nome que deriva de um monte local rico de minérios, tomou e vandalizou, em Novembro de 2015, as instalações e os equipamentos da Tantalum Mineração. Dois anos depois, a mineradora continua paralisada e a pagar o preço de no passado ter marginalizado os nativos.

Situado a cerca de 500 km de Quelimane, a capital provincial da Zambézia, Muiane perfaz as estatísticas das povoações moçambicanas ricas de recursos minerais, mas que não beneficiam da sua exploração que, regra geral, enriquece às multinacionais e seus aliados locais, nomeadamente, a elite política nacional.

Depois de uma paralisação durante a guerra dos 16 anos, a mina de Muiane viria a reabrir, em 2008, mas durante os cerca de 10 anos, os nativos nunca viram os benefícios da extracção do ouro, tantalite, turmalina e quartzo, entre outras pedras preciosas e semi-preciosas que ali ocorrem.

“Aqui nunca existiu responsabilidade social da empresa”, afirma o chefe da localidade, Armando Amisse,

em alusão à Tantalum Mineração, a empresa de capitais canadianos que, até à data dos levantamentos populares, explorava a mina de Muiane. Aliás, o SAVANA esteve, recentemente, em Muiane e constatou que, naquela pacata localidade, falta quase de tudo. A água, por exemplo, esse líquido precioso para a vida humana, não chega para os mais de 20 mil habitantes daquela localidade [de acordo com dados preliminares do Censo de 2017]. A falta de água é mais dramática nos povoados, onde a população disputa riachos com animais.

Numa terra abençoada de minérios, as crianças estudam nas mais precárias condições, em salas de aulas construídas de estacas e adobe, num esforço dos pais e/ou encarregados de educação.

Até o chefe da localidade aponta para essas salas com desprezo. “A localidade até que tem 10ª classe, mas como edifício, essa escola secundária nem dá para dizer. É aquela casota ali com três salas. Aquela é que é a nossa escola secundária”, lamenta.

Trata-se de um cenário que se repete no ensino primário, onde as crianças também estudam em salas construídas a material precário e em risco de ruir, a qualquer momento. A situação torna-se mais caótica ainda nos dias chuvosos, em que praticamente as aulas ficam paralisadas.

O centro de saúde local também se debate com carências de todo o tipo e, em caso de pequenas complicações, os pacientes devem ser evacuados para a vila sede, que dista a 65 km, numa rua de circulação bastante difícil.

Para agravar o martírio, a localidade não tem ambulância e, se a da sede distrital estiver indisponível, a regra é “cada um por si e Deus por todos”. “Cada um se arranja”, conta o chefe da localidade.

Deslocar-se no interior de Muiane é uma obra, à semelhança de todo o distrito de Gilé, cuja rede viária está praticamente intransitável.

É a difícil realidade de uma localidade rica de recursos minerais que, entretanto, nunca trouxeram benefícios para o desenvolvimento sócio-económico local, como preconiza a legislação mineira.

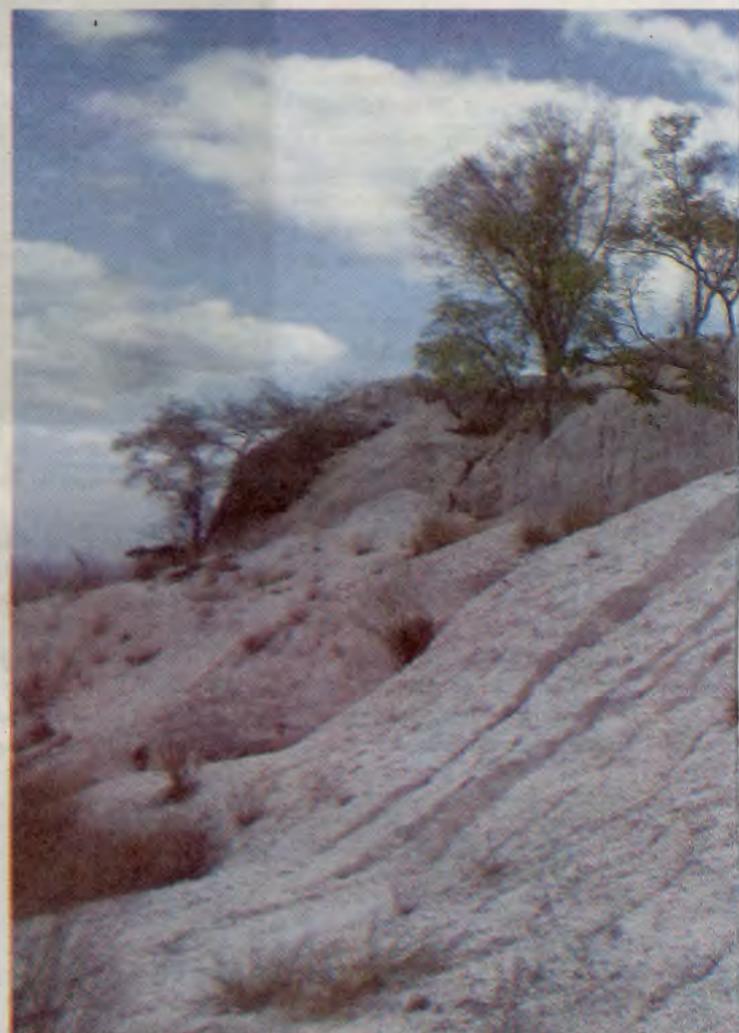
Basta!

Cansada de ver os recursos a saírem sem benefícios locais, a população de Muiane decidiu tomar a mina para, ela própria, extrair os minérios, através do garimpo.

Foi em Novembro de 2015 que assaltaram e vandalizaram as instalações da Tantalum Mineração. Era a segunda paralisação em sete anos, visto que, quando a mina reabriu, em 2008, os cerca de 800 trabalhadores da antiga empresa, a Mina Gerais de Moçambique (Magma), iniciaram reivindicações sobre seus direitos laborais, até que, em 2014, com o apoio da população local, tomaram de assalto as instalações da Tantalum Mineração.

E a terceira vez foi de vez. A fúria popular, que para além das vandalizações obrigou os gestores da empresa a se refugiarem na vizinha província de Nampula, teve como pretexto a morte de um garimpeiro que foi atingido por uma bala disparada por um agente de segurança, numa operação contra o garimpo ilegal.

Estava assim dado o tiro que sairia



caro para a empresa. Para além da vandalização total de infra-estruturas, como as instalações da empresa, a comunidade incendiou duas máquinas buldózer, uma pá escavadora e destruíram o equipamento usado pela empresa para a selecção do minério tantalite.

Estimam-se em USD 10 milhões os prejuízos causados pela acção popular, que obrigou o encerramento de actividades por parte da empresa que, em poucas horas, viu todos os seus equipamentos e infra-estruturas reduzidos a cinzas.

Dois anos depois, a empresa continua paralisada e a averbar prejuízos de manutenção. Os vestígios da vandalização ainda são visíveis, com os destroços a documentarem o quanto custa a fúria popular.

O SAVANA foi ao terreno para entender a sensibilidade da comunidade em relação à empresa e não é para menos. Do cidadão comum às estruturas locais, o sentimento é de revolta contra uma empresa que é vista como “exploradora”.

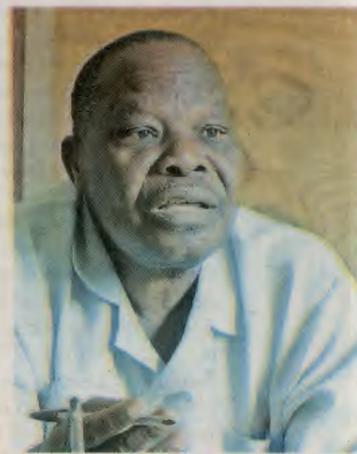
“Nada fizeram até aqui”, dispara Joaquim Assane.

“Nem fontes de água, nem a reabilitação do hospital que tinham garantido, nada disso fizeram”, desabafa Marta Dinis.

“A empresa quase não beneficiava a população em nada”, corrobora Armando Amisse, o chefe da localidade.

São depoimentos que, nas entrelinhas, denunciam as razões dos levantamentos populares contra a Tantalum Mineração, como confirma o chefe da localidade.

“Isso [a falta de benefícios para as comunidades] não se pode excluir porque, afinal de contas, se você está em casa de alguém e não contribui em nada, mas a comer, certamente, que o dono pode vir um dia a dizer ‘ó amigo, isso é demais’”, precisou.

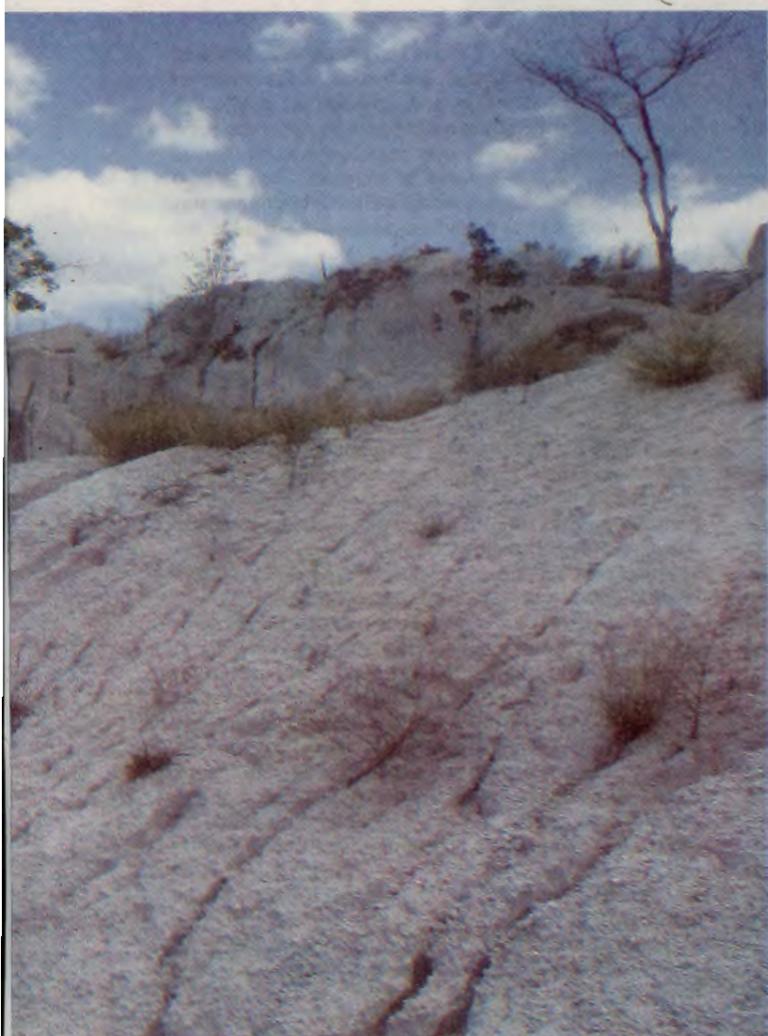


Armando Amisse, chefe da localidade de Muiane



Os vestígios da vandalização, pela população, do equipamento e instalações da Tantalum Mineração

cou em xeque o grande capital



Muiane, o monte donde a população também quer comer

frisando que "a população quer uma empresa que faça qualquer coisa". Aliás, agora a empresa reconhece que a falta de benefícios é dos principais motivos que enfurece a população de Muiane, pelo que já se refere a uma "efectiva e correcta resolução" para "evitar o surgimento de novas situações de conflito", nomeadamente, através de uma série de compromissos que assumiu perante a comunidade local.

"Perdemos tudo" - Tantalum Mineração

Depois das escaramuças, os gestores da Tantalum Mineração fazem das tripas o coração, enquanto aguardam pela renovação da licença para a retomada das actividades, desde Fevereiro último.

Neste momento, a empresa está a pagar trabalhadores, na sua maioria pessoal de segurança que, para além das actuais instalações, tomam conta da mina contra o garimpo.

Sem precisar os custos de manutenção, Breh Hargreaves, da direcção da Tantalum, queixa-se em como "estamos há dois anos sem trabalhar, mas a pagarmos pessoas".

É com mágoas que se lembra das vandalizações. "Perdemos tudo", conta. Questionado sobre os be-

nefícios da actividade, incluindo os benefícios para as comunidades, a fonte disse que nunca houve tempo para se gerar lucro, porque sempre houve paralisações, lembrando que, cerca de um ano antes da vandalização, as operações foram ensombradas pela greve dos trabalhadores da antiga Magma.

"A trabalhar assim não há espaço para lucros, trabalhamos só para salários" reage, sem esconder impaciência com a demora do Governo na aprovação da licença para a retomada das actividades, lá vai quase um ano.



Breh Hargreaves, da direcção da Tantalum

Retomada? Só com benefícios para a comunidade!

Encurralada, a Tantalum Mineração não teve outra saída senão sentar e negociar com as comunidades, o que culminou com a assinatura de um Memorando de Entendimento (ME) no qual a empresa compromete-se a desenvolver diversas actividades em benefício da população local.

Para já, mesmo se a licença de exploração for renovada, a empresa, ao que preconiza o ME a que o **SAVANA** teve acesso, só voltará a operar mediante a entrega de uma ambulância ao centro de saúde local, que é uma das exigências da população.

No documento, aprovado em Fevereiro deste ano, entre a comunidade, a empresa e o Governo distrital de Gilé, a Tantalum Mineração sujeita-se, dentre várias obrigações, a construir infra-estruturas sociais para as comunidades locais.

Trata-se, por exemplo, de três salas de aulas, apetrechadas com carteiras e o respectivo bloco administrativo, na Escola Secundária, com a execução em 24 meses depois do reinício das actividades da empresa; reabilitação do pequeno sistema de água existente na localidade e aumento de mais furos de água potável em alguns povoados, bem como equipar o centro de saúde com camas, colchões, carrinhas e outros utensílios hospitalares.

"[Essas actividades] são do cumprimento obrigatório da empresa Tantalum Mineração Limitada, num período de cinco anos", preconiza o ME.

Mas a lista das exigências das comunidades não pára por aí. Para além da ambulância, que deve incluir uma quota mensal para combustível e lubrificantes, antes do reinício das suas actividades de exploração mineira, a comunidade de Muiane exige que a Tantalum monte também um sistema de painéis solares no centro de saúde local, incluindo a construção de um muro de vedação.

E porque um dos problemas de Muiane é o desem-

prego, a população exigiu e a empresa viu-se obrigada a aceitar que assegurará priorizar as comunidades locais, em função das suas habilidades, nas novas admissões de trabalhadores para o quadro pessoal da Tantalum.

A empresa deverá ainda alocar uma viatura ou duas motorizadas ao Posto Policial de Muiane; apoiar as Escolas Primárias da localidade com chapas de zinco, cimento de construção e carteiras num período de 24 meses depois do reinício das actividades de exploração mineira; aquisição de meios de compensação para os deficientes físicos necessitados e apoiar na limpeza da sede da localidade, mediante a disponibilização de alguns equipamentos de trabalho.

As comunidades exigiram ainda e a empresa comprometeu-se a construir um parque infantil e um clube de diversão para jovens e a montagem da respectiva aparelhagem de som, uma tela gigante e a respectiva antena parabólica para a projecção de filmes.

E para supervisionar o cumprimento das obrigações plasmadas no ME, foi criado um Comité de Mediação e Gestão de Conflitos, que servirá de intermediário entre as partes e cujo funcionamento será financiado pela Tantalum Mineração, através da alocação de uma verba mensal de 70 mil meticais.

O Governo de Gilé vê no ME o início duma nova era em Muiane.

"Agora está claro o que fica para as comunidades como benefícios e a responsabilidade social da empresa", precisou Luís Moiane, secretário permanente no Governo distrital.

Por sua vez, a população obrigou-se, através do referido ME, a respeitar a área da concessão e o património da Tantalum, a não desenvolver actividades que interfiram ou ponham em risco o curso normal das actividades da empresa, bem como denunciar a extracção e comercialização ilegal dos recursos minerais da área concessionada.



É nestas três salas que se resume a Escola Secundária de Muiane, uma localidade rica de minérios